O GLOBO

Opinião

Será difícil entender a Justiça brasileira

Em mais uma sessão histórica no processo do mensalão, o empate, ontem, em cinco votos, em torno da legalidade dos embargos infringentes colocou nas mãos do decano do Pleno do Supremo, Celso de Mello, aceitar ou rejeitar a prorrogação do julgamento. Se acolher a tese da defesa, tornará os caminhos da Justiça brasileira ainda mais incompreensíveis para a população. Afinal, apesar de seis anos de tramitação do processo no Supremo, mais de 50 sessões, após garantido amplo direito de defesa, poderá ser concedida a benesse de um novo julgamento a 12 dos réus, em condenações nas quais obtiveram pelo menos quatro votos a favor.

É verdade que os 12 mensaleiros beneficiados pela aceitação dos embargos infringentes estão condenados por algum crime, em definitivo, inclusive com a pena de prisão em regime fechado,

Possibilidade de condenados no processo do mensalão, onde tem havido amplo direito de defesa, serem rejulgados torna Judiciário mais incompreensível para o povo

caso de Marcos Valério, por exemplo, operador do esquema, a ser trancafiado devido à comprovada evasão de divisas. Mesmo os mensaleiros estrelados, os petistas José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e João Paulo Cunha, carregarão para sempre na folha corrida o registro de condenação por corrupção. Não é pouca coisa.

Mas o rejulgamento, com chance de revisão de condenações e a suspensão de penas a serem cumpridas em regime fechado, reforçará o ceticismo com a Justiça, considerada leniente com ricos e poderosos. Os que acham que cadeia foi feita para pobre terão mais um forte argumento.

Primeiro dos votos, e a favor dos embargos, Luís Roberto Barroso, recém-empossado, reconheceu haver argumentações fortes nos dois lados da questão: se a lei federal 8.038, de 1990, ao não citar este tipo de embargo, o havia suprimido do regimento do tribunal ou não. Optou por garantir o recurso e foi seguido por quatro outros ministros, também divergentes da posição do relator do processo, Joaquim Barbosa, presidente da Corte, contrário à aceitação dos embargos.

O voto da ministra Cármen Lúcia, de apoio ao relator, trouxe argumento sólido, como previra Barroso. Depois de ressaltar a primazia constitucional do Congresso na regulação dos ritos judiciários — porque a Justiça é nacional —, a ministra considerou inexistente a possibilidade dos embargos, por força da lei federal. E ainda alertou para o fato de condenados pelo Superior Tribunal de Justiça, também foro privilegiado, não terem o respaldo desses embargos, ao contrário dos processados pelo Supremo, caso os embargos vinguem. Haverá, então, um tratamento desigual pela Justiça, um evidente atropelo da Constituição. Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, ministros que também apoiaram o voto do relator, não deixaram de chamar a atenção para a incoerência de se permitir apenas no Supremo este tipo de recurso. "O sistema não fecha", disse Marco Aurélio.

O adiamento do desfecho ao menos dá um tempo ainda maior a Celso de Mello para continuar em suas reflexões. Considerando, como alertou Gilmar Mendes, os reflexos de sua decisão em toda a magistratura e nas próprias instituições. ●

Uma chance para EUA e Rússia

O encaminhamento da crise na Síria para uma solução diplomática, envolvendo a proposta de entrega e posterior destruição do arsenal químico do governo, em troca da suspensão do anunciado ataque americano, abre uma oportunidade imperdível para a cooperação entre os Estados Unidos e a Rússia. Se os dois históricos antagonistas mantiverem o compromisso de atuar juntos neste caso, com honestidade e transparência, poderão iniciar uma parceria estratégica em relação a outros assuntos espinhosos da agenda internacional, como a continuação do desmonte dos arsenais atômicos de cada um, o programa nuclear do Irã, a Coreia do Norte (em que o protagonista principal é a China). Será um ganho enorme para a comunidade internacional.

É positivo que o entendimento em torno da Síria tenha no presidente da Rússia, Vladimir Putin, um ativo defensor. Em artigo, ontem, no "New York Times", para falar "diretamente ao povo americano e a seus líderes políticos", Putin afirma ter surgido "uma nova oportunidade para evitar uma ação militar" e que "EUA, China e o mundo devem aproveitar o desejo do governo sírio de pôr seu arsenal químico sob controle internacional (...)".

A diplomacia trabalha a todo vapor, o que é sempre preferível à ação militar. O secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e o chanceler russo, Serguei Lavrov, reuniram-se em Genebra para discutir a proposta da Rússia. O Conselho de Segurança da ONU debate como implementar a transferência das armas, uma tarefa difícil num país como a Síria, em guerra civil.

Obama fica, nesse caso, em situação desconfortável para o presidente da única superpotência: a reboque. Mas a saída diplomática caiu-lhe bem, porque ele não deseja comandar o ataque à Síria; o povo americano é majoritariamente contrário a uma nova ação militar; e o chefe do Executivo poderia ver negada, no Congresso, a aprovação para a ofensiva.

Convergência de interesses no caso da guerra civil síria abre caminho para entendimento entre Washington e Moscou em outras questões mundiais

Putin deixa a difícil posição de aliado incondicional do ditador sírio Bashar Assad, que usa armas químicas contra seu próprio povo, para se tornar o pacificador. Assad, por sua vez, perde os anéis (e talvez alguns dedos), mas, até segunda ordem, continua no comando em Damasco, talvez ganhando tempo para consolidar posições diante das forças que tentam derrubá-lo.

Não se pense que a questão síria já esteja bem encaminhada. No discurso de terça-feira, Obama disse ter visto "uma luz no fim do túnel nas conversas com o governo russo; concordei em colaborar para que Assad desista de usar armas químicas". Mas não tirou de cima da mesa a opção do ataque punitivo, se o caminho diplomático falhar. Já o chanceler Lavrov disse a Kerry, em Genebra, que a Rússia deseja que os EUA deixem de lado suas ameaças por enquanto.

Seja como for, a oportunidade para colaboração Washington/Moscou está aberta e não deve ser desperdiçada. ●

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Sob o comando do marqueteiro

Dentro de três semanas, o país estará a exatos doze meses das eleições. Como bem mostrou o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff à Nação, na véspera do Sete de Setembro, o governo já está completamente focado na campanha eleitoral. O mais preocupante, contudo, é o alinhamento ao discurso de campanha que passou a ser exigido de todos os segmentos do governo. Até mesmo do Banco Central.

Para perceber com clareza a extensão da mistificação que marcou o pronunciamento da presidente em cadeia nacional de rádio e televisão, na semana passada, basta ter em conta a forma como foi tratado o crescimento da economia brasileira em 2013. "No segundo semestre, fomos uma das economias que mais cresceu no mundo. Superamos os maiores países ricos, entre eles os Estados Unidos e a Alemanha. Ultrapassamos a maioria dos emergentes e deixamos para trás países que vinham se destacando, como México e Coreia do Sul."

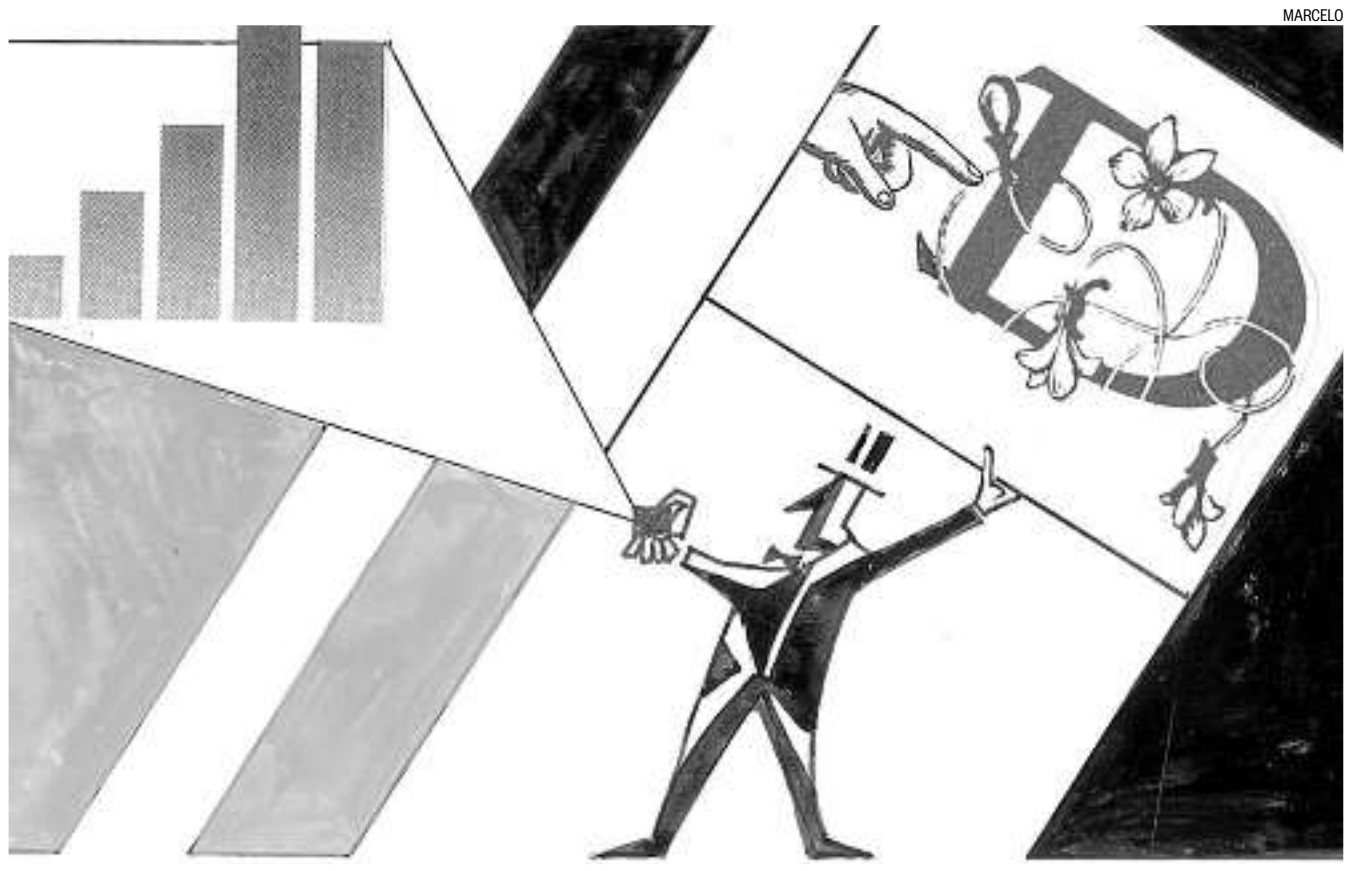
O que assusta é o festejo imediatista e espalhafatoso do desempenho sabidamente efêmero da economia no segundo trimestre. São bem outras as reais perspectivas de expansão do PIB neste ano. Na última pesquisa Focus do Banco Central, feita a partir de previsões de uma centena de instituições diferentes, a mediana das expectativas de crescimento da economia brasileira em 2013 foi estimada em não mais que 2,35%. Um desempenho que mal dará para deixar a taxa média anual de crescimento do PIB, nos primeiros três anos do governo Dilma Rousseff, em pífios 2%.

Mais grave que o descompasso entre os pronunciamentos da presidente e a realidade dos fatos, contudo, é a constrangedora e repentina mudança de discurso que se vem observando no Banco Central. Até a penúltima ata do Copom, a instituição vinha alertando que o expansionismo do lado da política fiscal trazia dificuldades que a condução da política monetária não poderia deixar de levar em conta. E tais advertências vinham incomodando a cúpula do governo, tendo em vista o respaldo tácito que o Planalto tem dado à condução da política fiscal, na contramão da contenção de demanda que vem sendo imposta pelo lado da política monetária.

Pois esse incômodo foi afinal removido. Na última ata do Copom, o Banco Central anunciou que já tem razões para crer que a política fiscal está prestes a deixar de ser expansionista. E que, no futuro próximo, passará a ter efeito neutro sobre a demanda agregada. O problema é que essa súbita reavaliação da provável evolução da política fiscal causou enorme estranheza. Não há analista independente que consiga vislumbrar evidências minimamente sólidas que possam dar respeitabilidade a tais previsões.

Muito pelo contrário. Tudo indica que a política fiscal permanecerá inequivocamente expansionista até o fim do atual governo. Mais uma vez, como em 2010, o ano eleitoral de 2014 deverá ser marcado por forte expansão de dispêndio público. Com um agravante importante. Dessa vez, o

MARCELO



Governo impõe discurso de campanha ao Banco Central

Tesouro não poderá contar com o espetacular desempenho da arrecadação que, em 2010, permitiu que a receita federal crescesse ao dobro da taxa de crescimento do PIB.

O episódio parece pôr fim à fantasia de que o Banco Central havia reagido ao descrédito em que havia caído, ao fim dos dois primeiros anos do governo Dilma, e vinha afinal se contrapondo aos focos de irracionalidade que comprometiam a condução da política macroeconômica. Os fatos sugerem, no entanto, que o que se viu, nos últimos meses, pode ter sido tão-somente a abertura de uma janela de condescendência do Planalto com a condução de uma política de corte mais ortodoxo no Banco Central. Janela que agora se fecha.

A verdade é que campanha está em marcha. E a palavra de ordem em Brasília é acertar o passo, reprimir vozes destoantes e uniformizar o discurso. Tem sido dito que o marqueteiro da presidente Dilma é, de fato, o quadragésimo ministro da Esplanada. Mas, tendo em vista a proeminência que terá ao longo dos próximos doze meses, logo passará a ser visto como o primeiro ministro. ●

Rogério Furquim Werneck é economista e professor da PUC-Rio

Organizações Globo

PRESIDENTE
Roberto Irineu Marinho
VICE-PRESIDENTES
João Roberto Marinho - José Roberto Marinho

O GLOBO
é publicado pela Infoglobo Comunicação e Participações S.A.
DIRETOR-GERAL: Marcello Moraes

DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL
Ascânio Seleme

EDITORES EXECUTIVOS
Chico Amaral, Paulo Motta,
Pedro Doria e Silvia Fonseca

Rua Irineu Marinho 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-901 Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

Princípios editoriais das Organizações Globo: http://glo.bo/pri_edit

Fale com O GLOBO **Geral e Redação** (21) 2534-5000 **Classifone** (21) 2534-4333 **Para assinar** (21) 2534-4315 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS
Venda de noticiário: (21) 2534-5656
Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5779
Atendimento ao estudante:
(21) 2534-5610

PUBLICIDADE
Noticiário: (21) 2534-4310
Classificados: (21) 2534-4333
Jornais de Bairro: (21) 2534-4355

Missas, religiosos e fúnebres:
(21) 2534-4333. Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501
Loja: Rua Irineu Marinho 35,
Cidade Nova
International sales: Multimedia,
Inc. (USA). Tel: +1-407 903-5000
E-mail: adsales@multimediausa.com

ASSINATURA/Central de atendimento:
www.oglobo.com.br/centraldoassinante
ou pelos telefones 4002-5300 (capitais e grandes cidades) e 0800-0218433 (demais localidades), de 2ª a 6ª feira, das 6h30m às 19h, e aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 12h
Twitter: @falecom_OGLOBO. **Facebook:**
facebook.com/espacodoassinanteoglobo

Assinatura mensal com débito automático no cartão de crédito, ou débito em conta-corrente (preço de segunda a domingo), para RJ/MG/ES: normal, R$ 82,33; promocional, R$ 67,90

VENDA AVULSA/Estados
Dias úteis: RJ, MG e ES: R$ 2,50;
SP e DF: 3,00; demais estados: 4,50;
Domingos: RJ, MG e ES: R$ 4,00;
SP: R$ 4,50; DF: 6,00; demais estados: 9,00

ATENDIMENTO AO LEITOR
De 2ª a 6ª feira, das 6h30m às 19h, e aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 12h
Tel: (21) 2534 5200
oglobo.com.br/faleconosco

EXEMPLARES ATRASADOS
Rua Irineu Marinho, 70 (2ª a 6ª feira, exceto feriados, das 8h às 14h)
Preço: o dobro do de capa atual

O GLOBO é associado:
ANJ - IVC - GDA - SIP - WAN

▸ EDITORES - **País:** Fernanda da Escóssia - fernanda.escossia@oglobo.com.br **Rio:** Gilberto Scofield Jr. - gils@oglobo.com.br **Economia:** Cristina Alves- crisalve@oglobo.com.br **Mundo:** Sandra Cohen - sandra@oglobo.com.br **Ciência e Saúde:** Ana Lucia Azevedo - ala@oglobo.com.br **Segundo Caderno:** Fátima Sá - fatima.sa@oglobo.com.br **Esportes:** Marceu Vieira - marceu.vieira@oglobo.com.br **Imagem:** Ricardo Mello - mello@oglobo.com.br **Fotografia:** Alexandre Sassaki - sassaki@oglobo.com.br **Arte:** Léo Tavejnhansky - leo@oglobo.com.br **Opinião:** Aluizio Maranhão - aluizio.maranhao@oglobo.com.br **Treinamento e Qualificação:** Mario Toledo - toledo@oglobo.com.br ▸ SUPLEMENTOS - **Carro etc:** Jason Vogel - jason@oglobo.com.br **Boa Viagem:** Carla Lencastre - carla@oglobo.com.br **Rio Show:** Inês Amorim - ines@oglobo.com.br **Ela:** Ana Cristina Reis - ana.reis@oglobo.com.br **Prosa:** Mànya Millen - mmi@oglobo.com.br **Revista O GLOBO:** Gabriela Goulart - gab@oglobo.com.br **Revista da TV:** Valquíria Daher - valdaher@oglobo.com.br **Boa Chance e Morar Bem:** Léa Cristina - lea@oglobo.com.br **Bairros:** Adriana Oliveira - adriana@oglobo.com.br **Site:** Eduardo Diniz - eduardo.diniz@oglobo.com.br **O GLOBO a Mais:** Maria Fernanda Delmas - fernanda.delmas@oglobo.com.br ▸ SUCURSAIS - **Brasília:** Sergio Fadul - fadul@bsb.oglobo.com.br **São Paulo:** Orivaldo Perin - orivaldo.perin@oglobo.com.br